

# Um Estudo Doutrinário: O Amor de Deus

James P. Boyce

Tradução: Nayara Andrejczyk  
Revisão: Felipe Sabino

*O estudo seguinte é adaptado do capítulo 10 do livro *Abstract of Systematic Theology*, de Boyce. Este livro é baseado primariamente nas palestras de Boyce sobre teologia sistemática, no Southern Baptist Theological Seminary (Seminário Teológico Batista do Sul) durante os primeiros vinte e cinco anos de existência do referido seminário.*

## A Santidade de Deus

Santidade é, contudo, não um atributo distinto, mas sim a combinação de todos esses atributos. Podemos considerar um ser em quem possa haver amor sem justiça, ou verdade, ou qualquer um desses com a exclusão dos outros dois; mas nenhum ser pode ser santo, não possuindo em si a combinação de todos esses, e todas as outras perfeições morais. Não, quando temos tal combinação, existe algo a ser adicionado para se constituir um caráter santo. É evidente, portanto, que a santidade é a soma de toda excelência e a combinação de todos os atributos que constituem a perfeição de caráter.

No estudo desses elementos, consideremos primeiro

## A Bondade de Deus

Num aspecto dessa palavra, ela é meramente equivalente à santidade. Se olharmos para ela como marcando a excelência da natureza de Deus, como freqüentemente a usamos com referência ao homem, queremos simplesmente dizer por ela santidade. Assim, quando falamos de alguém, que ele é um bom homem, temos o intuito de afirmar a combinação de traços de caráter, tais como aqueles já apontados como constituindo a santidade. Essa é a bondade que termina no próprio Deus.

Por outro lado, podemos falar da bondade de Deus como gentileza, benevolência, ou beneficência para com outros, em cujo caso parece terminar fora dele. Assim, falamos dele como sendo muito bom para conosco. Dessa

forma o salmista diz: “certamente que a bondade e a misericórdia me seguirão todos os dias da minha vida” (Salmo 23:6).

É por causa dessa ambigüidade nessa palavra, que é melhor considerá-la, em seu primeiro aspecto, como meramente santidade e, portanto, como despojada daquilo que dissemos dela, e referi-la nesse segundo aspecto a uma das divisões nas quais o amor de Deus naturalmente se encaixa.

Portanto, passamos para o próximo

## O Amor de Deus

Desse há cinco tipos, os quais variam de acordo com o objeto sobre o qual o amor é exercido. O atributo em Deus é o mesmo; mas é em sua saída, ou em sua terminação, que assume essas formas diferentes.

1. Há o amor de complacência ou aprovação. Esse é exercido para com um objeto digno, no qual excelências são percebidas. É da natureza desse amor o belo, o bom ou o útil em nós. Ele considera com complacência ou aprovação, pois há no objeto algo digno de tal consideração.

Isso é exercido por Deus, no seu grau máximo, no amor de si próprio, de sua própria natureza e caráter, pois o infinitamente excelente deve ser para Deus o mais alto objeto de amor complacente.

Fosse Deus apenas uma pessoa, somente dessa forma tal amor poderia ser exercido. Mas na Trindade da Divindade, é encontrado, no amor das pessoas separadas uma para com as outras, outro modo no qual esse amor de complacência pode ser exercido nesse mais alto sentido.

Tal amor é também sentido por Deus pelos seus propósitos. À medida que ele contempla-os como sendo justos, sábios e graciosos, ele aprova e os considera com amor complacente.

Mas esse amor se estende também às criações, que resultam desse propósito.

Isso é verdade da criação inanimada. Ela é perfeita, conquanto conformada à sua vontade, e ajustada para realizar o seu fim, e como tal Deus pode considerá-la e pronunciá-la como sendo boa. Assim, descobrimos que ele fez isso na criação, como registrado em Gênesis 1:10, 12.

O mesmo registro é feito no versículo 25, quanto à criação animal, antes daquela do homem; e após a criação, e investidura do homem com o domínio sobre a terra, com suas plantas e animais, nos é dito, no versículo 31: “E viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom”.

O amor complacente de Deus, portanto, se estende não só para si mesmo e sua vontade, mas a toda a sua criação inocente, e mesmo à natureza inanimada.

Esse amor de complacência, contudo, como é exercido em seu mais alto grau para consigo mesmo, assim também é exibido, na mais próxima semelhança deste, para com aqueles seres que são mais parecidos com ele, tendo sido feitos à sua natureza e semelhança. Um anjo inocente, ou um homem inocente é, portanto, por natureza uma alegria para Deus, assim como é a criança para o pai que vê nela uma semelhança peculiar consigo mesmo.

Mas o culpado não pode ser amado dessa forma. O homem pecador não pode receber tal amor, enquanto for pecaminoso. Mesmo o penitente crente em Jesus, até o tempo de sua perfeita santificação na vida porvir, e sem dúvida mesmo então, tem acesso a Deus somente através de Cristo, e, de si mesmo, não pode de forma alguma assegurar a aprovação de Deus.

2. O segundo tipo de amor é o amor de benevolência, que corresponde à idéia da bondade de Deus para com as suas criaturas.

Esse é o produto dos seus desejos pela felicidade deles. Não é dependente do caráter deles, como é o amor de complacência, mas é exercido para o inocente bem como para o culpado.

Ele é geral em sua natureza, não especial, e existe para com todos, mesmo os demônios, e os homens ímpios, pois a natureza de Deus é benevolente, e, portanto, ele “deve” desejar a felicidade de suas criaturas.

Que essa felicidade não é obtida, nem obtível, é devido, não a ele, mas ao próprio pecado deles.

Quando a benevolência de Deus é exercida ativamente na concessão de coisas boas sobre suas criaturas, isso é chamado de sua beneficência. Pelo primeiro, ele deseja a felicidade deles, pelo último, ele confere bênçãos para torná-los felizes.

Isso é feito ao perverso também, assim como ao justo. É a isso que Cristo se refere, em Mateus 5:45: “Ele faz nascer o seu sol sobre maus e bons, e faz chover sobre justos e injustos.”

3. A terceira forma de amor é o amor de compaixão.

Esse corresponde à nossa idéia de piedade. É a disposição benevolente para aqueles que estão sofrendo ou em desgraça.

Esse também pode ser exercido para com o culpado ou o inocente, se for possível supor que a culpa e sofrimento são separáveis.

Tem sido muito comumente defendido que eles são inseparáveis. Acredita-se que dor, sofrimento e angústia é resultado do pecado, e conseqüentemente, inseparáveis da culpa.

Mas essa é uma noção enganosa. O homem num estado de inocência foi feito capaz de ter sofrimento físico. Aquela capacidade era necessária para a proteção do seu organismo físico.

Os animais inferiores também sofrem.

Portanto, seja qual for a adição feita à capacidade de sofrimento pela queda, e pela conseqüência do pecado, não temos o direito de concluir com base nisso que não pode haver sofrimento onde não há pecado.

A capacidade de sofrer pode pertencer de tal forma a um organismo superior, que naturalmente escolheríamos esse organismo, com essa capacidade, ao invés de um inferior sem sofrimento. Se assim for, Deus pode nos criar dessa forma de forma justa.

Se a miséria, então, pode ser a porção do inocente, o amor de compaixão de Deus pode ser exercido para com o tal.

Ele pode e é também exercido para com o culpado. Vemos isso na paciência com a qual ele retarda seu castigo, na sua constante oferta de misericórdia, no seu anseio pela sua salvação, e mais notadamente, no dom do seu Filho Unigênito, “para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.” João 3:16.

4. Uma quarta forma do amor de Deus corresponde ao que chamamos de misericórdia.

Esse pode ser exercido somente para com pecadores.

Sua própria natureza contempla culpa em seus objetos.

Ela consiste, não somente no desejo de não infligir o castigo devido ao pecado, à negligência e à rejeição, mas no real perdão do ofensor.

Ela não pode ser exercida para com um ser justo, pois nele não há pecado ou culpa para ser perdoado.

Contudo, o mesmo não é um atributo novo em Deus, que surgiu por causa da existência do pecado, e o qual é, portanto, uma adição aos seus atributos.

É uma virtude inerente em sua natureza, e é especialmente apenas uma forma na qual o seu amor se apresenta, o mesmo amor daquela benevolência que as criaturas inocentes evocam, e o mesmo amor que na forma de complacência tem sido eternamente exercido na Divindade.

Quando dizemos que essa misericórdia deve ser exercida de acordo com a verdade e justiça de Deus, dizemos não mais o que é verdade de cada um dos atributos de Deus. Nenhum pode ser exercido de uma forma que destrua o outro. Cada um deve estar em harmonia com os outros. Ou, lembrando o que declaramos antes, esses atributos não são faculdades separadas; tudo o que significa nesse caso, como em todos os outros, é que Deus deve agir em harmonia com a sua natureza.

Os objetos do exercício desse atributo são todos aqueles a quem Deus perdoa ofensas de qualquer tipo.

Não devemos limitar isso aos pecadores redimidos, embora esse seja o maior sinal de demonstração.

Sob a economia antiga, Deus governou como governador teocrático sobre Israel. Os pecados da nação, e dos indivíduos em sua capacidade de cidadãos da nação, eram perdoados.

Debaixo daquela dispensação, Deus ocupou para aquelas pessoas a posição de governador terreno, e conseqüentemente, poderia perdoar pecados

contra seu governo se assim desejasse, mediante arrependimento, e com base em princípios meramente governamentais – isto é, que garantissem obediência à lei, e a paz, ordem e bem-estar da nação. Essas eram ofensas contra a mera pessoa do rei ou das leis do seu Estado, e não contra os princípios de santidade e justiça; daí, soberania e conveniência poderiam decidir em cada caso o que poderia ser feito, sendo a misericórdia exercida e a justiça dispensada.

Mas isso é muito diferente do caso de Deus, o Justo juiz, o dispensador, não de lei arbitrária, mas de uma lei baseada na sua própria natureza e da do homem, à qual é necessária uma obediência essencial, não para manter o governo, mas para preservar e manter o direito e impedir a violação sem punição da lei eterna.

Em ambos os casos Deus deve agir em harmonia com toda a sua natureza.

Mas naquele de Israel, nenhum obstáculo era apresentado por aquela natureza ao perdão de pecados individuais e nacionais contra o rei teocrático.

Daí, a misericórdia era estendida, pelo menos aparentemente, sem compensação para a justiça.

Todavia, havia, nas ofertas sacrificiais com as quais o povo deveria se aproximar de Deus – buscando perdão para pecados individuais e nacionais – tal semelhança à expiação feita por Cristo, que, de alguma forma, naquela expiação, pode, afinal de contas, ser encontrada a razão pela qual Deus, mesmo naqueles casos, poderia ser justo e ainda justificar os ofensores.

##### 5. A quinta forma de amor é a afeição.

Essa forma difere do amor de complacência, visto que nem sempre demanda um objeto digno. Isso é exibido na parábola do “Filho Pródigo”.

Difere do amor de benevolência, visto que o objeto não é visto em geral com todos os outros, mas é um de interesse especial.

Difere do amor de compaixão e de misericórdia, pois o objeto não pode estar em desgraça, nem ser pecaminoso.

Ele surge do,

(1.) Relacionamento mútuo; como do Pai para com o Filho, e de todas as pessoas na Trindade para com cada uma das outras; de Deus para com Israel, de Cristo para os seus apóstolos, discípulos e sua igreja, e dos filhos adotados para com Deus-Pai.

(2.) De dependência; como de criaturas para com o criador, e dos redimidos para com o redentor.

(3.) De propriedade; como de Deus sobre os homens, de Deus sobre Israel, e de Cristo sobre os redimidos. Isso é ilustrado na dracma perdida em Lucas 15:8, 9.

Esse tipo de amor origina-se em cada uma dessas formas no homem, e, como mostram as Escrituras, é encontrado também em Deus.

É desse aspecto do amor de Deus que procede a graça, que deve ser distinguida do amor, piedade e misericórdia.

O amor, como vimos, é a característica geral, que se mostra dessas cinco formas diferentes.

A misericórdia é uma dessas, mas é dada somente ao culpado.

A piedade é dada ao culpado ou inocente, que pode estar em desgraça, dor ou sofrimento.

A graça também é dada ao culpado, ou inocente, e não necessariamente supõe desgraça no objeto, mas envolve um interesse afetuoso nele, surgindo tanto de relação peculiar para com ele, propriedade dele, ou compaixão pela sua dependência.

A graça é favor imerecido para o inocente ou culpado, procedendo da afeição.

A misericórdia é compaixão imerecida para o culpado somente.

**Fonte:** <http://wwwFOUNDERS.org/>